

Ref.ª. e) – Dois (2) postos de trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico – Setor de Licenciamento – Gestor de Procedimento – Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU).

Prova de Conhecimentos (PC)

Provas de conhecimentos que visam avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa;

As provas serão valoradas numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

A Prova de Conhecimentos Escrita (PCE) visa analisar os conhecimentos académicos e ou profissionais, bem como domínio que os candidatos detêm da legislação aplicável à atuação técnica. A prova terá a duração de 90 minutos com 15 minutos de tolerância. A PCE incidirá sobre os seguintes Temas:

TEMAS A CONSTAR NA PROVA DE CONHECIMENTOS:

- Licenciamento de Obras Particulares;
- Gestão Urbanística;
- Planeamento Urbanístico;
- Funcionamento Geral da Administração Pública e Local

BIBLIOGRAFIA OU LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA NECESSÁRIA À PREPARAÇÃO DOS TEMAS ANTERIORMENTE MENCIONADOS:

- Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- Portarias nºs 216-A; 216 -B e 216 -E, todas de 3 de março de 2008;
- Portaria nº 113/2015, de 22 de abril;
- Portaria nº 228/15, de 3 de agosto;
- Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio;
- Regulamento do PDM do Concelho de Peniche, na sua atual redação;
- Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município de Peniche;
- Regulamento de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Peniche.

Nota 1: Os Regulamentos Municipais estão disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal de Peniche.

LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNCIONAMENTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LOCAL:

- Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual (Estatuto dos Eleitos Locais);
- DL n.º 04/2015 de 07/01 (Código do Procedimento Administrativo);
- Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, na sua redação atual (Lei da Tutela Administrativa);
- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas);
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual (Medidas de Modernização Administrativa);
- Lei n.º 75/2013 de 12/09 (Regime Jurídico das Autarquias Locais);

- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto (Constituição da República Portuguesa,);
- Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais);
- Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais);
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua atual redação (regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos);
- Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual (Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas);
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código da Contratação Pública);
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - [Este diploma foi revogado pelo(a) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º- (Regimes de Vinculação, de Carreiras e das Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas);
- Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, na sua redação atual (Regime Jurídico do Saneamento Financeiro e do Reequilíbrio Financeiro Municipal);
- Decreto. Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho (Estabelece os níveis da Tabela Remuneratória Única correspondente às posições remuneratórias das carreiras e categorias gerais);
- Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais);
- Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);
- Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2019);
- Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Nota 2: devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação, até à data da realização da prova de conhecimentos.